



MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE
PROTOCOLONº: 833 TEÓFILO OTONI- MG – SISPREV-TO

ATA: 17 / 09 / 2020

HORA: 10:04

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PELA
DIRETORIA EXECUTIVA DO SISPREV PARA APRESENTAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ATUARIAL 2020.

SECRETARIA

Teófilo Otoni, 17 de julho de 2020. Ata da Primeira Reunião extraordinária, convocada pela Diretoria Executiva do SISPREV em 2020, para apresentação aos Conselhos Administrativo, Fiscal e Comitê de Investimento do Planejamento Atuarial de 2020, conforme o Ofício convocatório nº-50/2020. A reunião iniciou as 15 horas por meio da plataforma Google Meets e contou com as seguintes presenças: Thiago Costa Fernandes Atuário representante da empresa Brasilis; Claudionice Siqueira Chaves Diretora Presidente do Instituto, Irene dos Santos Souza Diretora Financeira e Administrativa; Kledson Moreira da Silva Diretor de Atuária; Weverson Gusmão Soares Assessor Jurídico do Instituto; Gislene Pereira Silva Gomes Controladora Interna do Instituto; Marília de Fátima Mota Trigo Presidente do Conselho de Administração e os seguintes conselheiros: Terezinha de Jesus Santos, Gilson Batista Júnior, José Antônio Esteves Guedes, Marilda Guida, Rosália Faria Lopes, Edielen Lourenço dos Santos; Hugo Figueiredo Rievers Presidente do Conselho Fiscal e os seguintes conselheiros: Florentina dos Santos Nascimento, Maria Lúcia Vitorino Alves, Pedro Henrique Dutra; Aline Cláudia Camilo Duarte e Solange Lopes de Miranda Fernandes do Comitê de Investimento. Marília pede um momento a Claudionice e avisa que está gravando e que é o certo desde o início. Claudionice responde que tudo bem Marília O Senhor Thiago fez uma apresentação técnica, por meio de slides e explicações a todos os presentes. Thiago frisou que lança as informações no sistema e logo após o lançamento é gerado o relatório de avaliação atuarial. Onde é sintetiza o resultado do cálculo. A partir da aprovação é enviado o DRAA, na sequência abriu a palavra para que todos pudessem fazer perguntas. Feitos os primeiros esclarecimentos quanto as dúvidas de alguns conselheiros a Conselheira Marília pede a fala e solicita que seja elaborada Ata da reunião para que fiquem registrados todos os seus apontamento. Marília para o Thiago, quando foi, que o mesmo enviou o DRAA. Thiago responde que ainda não foi enviado, que precisa ser enviado até 31/07/2020. O Conselheiro Gilson Batista pergunta ao Senhor Thiago qual o impacto caso não sejam implantas as alterações da Emenda Constitucional 103. O Senhor Thiago responde que a Portaria 1348 estabeleceu o prazo para adequação das alterações obrigatória da emenda, que no âmbito da Secretaria de Previdência o impacto seria irregularização do CRP, que no vencimento do CRP seria um critério impeditivo para renovação do CRP, mas que podem ter outro impacto em relação ao Tribunal de Contas, que provavelmente o Tribunal de Contas vai fiscalizar, que já estiveram ao SISPREV fazendo auditoria, que eles ainda não se posicionaram muito claro em relação a esses prazos para adequação da alíquota, mas certamente vão fiscalizar e que o Tribunal pode responsabilizar o município, ao prefeito, representante do Executivo caso não seja providenciado essa adequação, que a

Rua Epaminondas Otoni, 665, 7º andar, Centro – Teófilo Otoni/MG - CEP: 39800-013
Telefones: (33) 3522 2900 (33) 3522 1511

Marilda Guida



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI- MG – SISPREV-TO

SISPREV-TO A realização no âmbito do Tribunal de Contas significa punições em esferas diferentes, que o prazo de 31 de julho é da Secretaria para fins de CRP que ficaria impedido de renovar o CRP no vencimento. Thiago ainda relata que inclusive viu posições de Tribunais de Contas de outros Estados que não seguem esse prazo e já entendem que a partir de março os municípios que não adequaram já estão irregular porque a Constituição Federal não deu nenhum prazo, simplesmente obrigou a fazer a adequação e a adequação dos servidores da União iniciou em março, a Secretaria colocou até julho para fins de CRP, mas tem alguns tribunais que entende que aqueles municípios que não adequaram já estão irregular porque a contribuição dos servidores já estão inferiores em relação a contribuição dos servidores da União, que de Minas não viu nenhuma decisão em relação ao prazo, que acredita que como eles não emitiram nenhuma posição deve seguir o prazo da secretaria, 31 de julho. Marília fala que o que ela vai pontuar ela gostaria que tudo fosse realmente registrado e fala: como nós vimos o Dr. Thiago afirmou que o DRAA normalmente é enviado em 31/03 de 2020, esse ano por causa da situação o envio do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial será dia 31/07 de 2020, que com base no artigo 3º do artigo 69 da Portaria 464 de 19 de novembro de 2018, ressalta que o ato do preenchimento e envio do DRAA será gerando comprovante no qual os seguintes responsáveis atestarão a veracidade e correspondência entre as informações contidas no DRAA com aquelas constantes do Relatório de Avaliação Atuarial e dos fluxos atuariais, ou seja, assinam o projeto Claudionice, o Atuário responsável pela Avaliação Atuarial, eu como Presidente e o Prefeito. Marília fala: “considerando que Claudionice convocou o Conselho de Administração e demais órgão do SISPREV no dia 12/07 para reunião online dia 17/07, eu Marília não atesto a veracidade e correspondência entre as informações contidas no DRAA com aqueles constantes no relatório da avaliação atuarial e dos fluxos atuariais, é preciso tempo para análise, não vou atestar nada sem de fato conhecer. O mais grave de tudo é que até dia 31/07/2020 o tempo é curto demais para analisar tudo. Não vou fazer nada correndo uma vez que os documentos são complexos, não foram apresentados em tempo hábil para que eu possa entender. Os dados da reavaliação atuarial estão com base em 1710 servidores ativos, 600 aposentados normal, 138 aposentados por invalidez e 77 pensionistas, pergunta-se: quantos servidores efetivamente foram cadastrados? Desses servidores de 1710, dos 600 aposentados normais e 138 aposentados por invalidez e pensionistas. Quantos desses fizeram recadastramento? A minha preocupação vem em função do anexo C da análise crítica da base de dados cadastrais, conforme as páginas 60, 61 e 62, principalmente diante da observação da empresa que diz que a nossa base de dados cadastral possui qualidade satisfatória”. Claudionice diz a Marília que Thiago vai falar pra ela, mas que em relação ao censo estes não são os únicos dados usados para fazer o Planejamento Atuarial, além das informações do censo que servem para poder melhorar o banco de dados, no momento de se fazer o Planejamento Atuarial os dados são buscados na base de dados do município, que a informação do servidor foi atualizada na base de dados, que é uma série de dados que é buscada no sistema para poder fazer o planejamento. Que os dados do censo foram

Rua Epaminondas Otoni, 665, 7º andar, Centro – Teófilo Otoni/MG - CEP: 39800-013
Telefones: (33) 3522 2900 (33) 3522 1511

Marilda Guida



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI- MG – SISPREV-TO

SISPREV-TO

...ilados e integrados no sistema com os dados da prefeitura, que no momento de buscar a informação ela é buscada na base de dados da prefeitura. Thiago fala que em relação ao dados, quando se atesta que a qualidade é satisfatória significa que a qualidade é satisfatória para a realização do cálculo, há informação suficiente para realizar o cálculo atuarial, mas que em sequência, no próprio texto é relatado que algumas hipóteses foram necessárias a adoção de premissas, e a principal delas como já demonstrado na reunião, há uma séria de premissas citadas no corpo da avaliação atuarial que causa um impacto muito baixo nos resultados, que a apesar da lista de inconsistências ser grande a maioria delas causa um resultado muito baixo porque são quantitativos muito pequenos e ao se adotar uma premissa não vai gerar nenhum impacto significativo, que tem outras informações que são pedidas na base de dados mas que não há necessidade para avaliação atuarial, que é uma necessidade que a Secretaria de Previdência pede, e depois que se finaliza a avaliação atuarial, a base de dados é encaminhada para a Secretaria e eles estão pedindo algumas informações cadastrais a mais do que aquelas obrigatórias para o cálculo atuarial, mas em termos da base de dados a principal informação que falta, citada no parecer atuarial e na apresentação é a questão do tempo de serviço anterior, as demais informações trás um grau de consistência muito alto, que em relação ao tempo de serviço anterior, de fato é uma informação muito complicada de se obter, de conhecer o tempo passado dos servidores antes da admissão na prefeitura, mas via de regra a base de dados trás uma qualidade satisfatória, mas que para algumas situações foi preciso adotar uma premissa e que todas essas premissas tem respaldo na Portaria, inclusive para o tempo de serviço anterior é estabelecido na própria Portaria caso não tenha essa informação no banco de dados tem que se considerar que o servidor foi admitido aos 25 anos que esse é um dado que consta na portaria, até porque 90% dos regimes próprios tem deficiência nessa informação, então a própria portaria já parametrizou esse dado em caso de ausência, então os dados tem qualidade satisfatória para realização do cálculo, mas que obviamente são necessárias algumas adequações, algumas correções. De fato em relação ao DRAA como foi comentado tem necessidade assinatura pelo Atuário responsável pelo representante da Unidade Gestora e do Município e pelo representante ou Presidente eleito do Conselho Deliberativo, esses quatro agentes precisam assinar o certificado que é gerado no DRAA, que depois que a gente envia o DRAA, para finalizar o seu preenchimento é gerado um certificado com informações resumidas da Avaliação Atuarial e precisa ter a ciência, precisa ter assinatura desses 4 agentes para validação e regularização na Secretaria de Previdência, Thiago fala que em relação a avaliação os dados que precisarem ele está a inteira disposição para enviar, que o relatório e a apresentação já foram enviadas, que se for necessário ele envia outros dados e que está a inteira disposição para informar a metodologia de cálculo ou qualquer outras informações para outras análises do cálculo ou dos resultados. Marília fala que mesmo assim ela mantém a sua palavraem não atestar enquanto não entender essas inconsistências porque fica muito difícil, porque na Portaria 403 fala que a base cadastral dos segurados esteja incompleta ou inconsistente o parecer atuarial deverá dispor sobre seu impacto em relação aos resultados apurados devendo ser adotado pelo Ente

2002 50 11

[Handwritten signature]

Thiago
Apparito

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Marilda Guida

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE
TEÓFILO OTONI- MG – SISPREV-TO**

SISPREV-TO rativo providências para sua adequação até a próxima avaliação atuarial e no parecer anterior já tinha esse problema, que então agora tem que fazer a adequação. Thiago fala que a adequação foi providenciada e que obviamente não surtiu 100% do efeito esperado, que são muitas informações, que por exemplo a informação do grupo familiar ano passado não tinha informação do cônjuge, isso foi apurado e resultou em impacto na avaliação atuarial com redução do custo com pensão por morte, então isso é uma providência que foi adotada, mas sim ainda constou algumas inconsistências que precisam ser corrigidas, que a portaria faz essa ressalva e qualquer inconsistência apresentada, inclusive a própria secretaria ela vai auditar e fiscalizar essa base de dados, que diversos municípios já receberam notificações mais é em função de desatualização da base de dados, solicitando que seja corrigido, mas que a gente também que não é uma informação que se obtém de uma forma simples, que depende da vontade do servidor de levar essa informação ou não, mas que em relação ao ano passado já teve melhoria significativa em relação a base de dados, mas que ainda permanecem inconsistências que precisam ser corrigidas. Batista fala que gostaria de fazer um adendo a fala de Claudionice bem antes no início quando ela falou da questão da responsabilidade dos Conselheiros Fiscal e Administrativo com relação a essa atualização e necessidade de se adequar a reforma da previdência, e Gilson fala que acha que os conselheiros não estão contrários a isso, que afinal de contas eles conhecem a questão da Administração Pública e um pouco do Direito, que então se a reforma constitucional a alteração da legislação, a reforma da previdência, que ele acha que o conselho não vai ser contra, que porém algumas coisas já foram ditas e que não aconteceram como por exemplo a preparação do servidor para essa adequação, que agora estamos chegando ao prazo que será em julho, que está bem em cima e para o servidor vai ser um baque muito grande, que lembrando que desde as reuniões lá no início quando houve essa conversa inicial sobre a necessidade, que o Dr. Weverson apresentou essa questão da reforma e foi sugerido, com representantes do Poder Legislativo, do Conselhode Administração, José Antônio do Sindicato, para debater com o executivo, com o servidor para demonstrar de forma geral a necessidade de adequação legal e legislativa porque não podemos fugir da legalidade, mas que infelizmente isso não aconteceu e que agora ele pensa, em sua opinião, que será um grande problema no sentido geral, que o servidor não está preparado para isso, que muitos não aprofunda esse conhecimento nessa questão de quem está estabelecendo se é município, é o Estado, qual seja o ente federativo, ele vai pensar que o ente que está de forma geral lesando é o município, é o prefeito, fala que a gente poderia ter evitado isso lá início de a gente tivesse trabalhado alinhado a conversa que foi solicitada lá no início, que isso está registrado em ata, que é uma coisa que passou. Claudionice fala que é verdade, que acha ele tem toda razão, que a discussão com o servidor ela tinha que ter acontecido, que acha inclusive que não só em relação a alíquota mas em relação a toda a reforma da previdência, que já está sendo discutida no Congresso, e que se nós no âmbito municipal não discutirmos, vai acabar vindo de cima para baixo como veio a alteração da alíquota, que acha que o Batista está coberto de razão, que temos que promover essas discussões, que isso é

17.09.2020
Ampliação

[Handwritten signature]

Weverson

Rua Epaminondas Otoni, 665, 7º andar, Centro – Teófilo Otoni/MG - CEP: 39800-013
Telefones: (33) 3522 2900 (33) 3522 1511

Wagner *Ampliação* *Marilda Guida* *delavre*



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI- MG – SISPREV-TO

SISPREV-TO necessário e o servidor precisa se preparar para isso, fala que nesta reunião isso só foi citado por ela por conta do impacto do déficit atuarial, mas que nessa reunião não vai-se fazer essa discussão agora porque ela é para a apresentação do Planejamento Atuarial e a questão da reforma e votação da alíquota não foi aberto para essa discussão, que a pauta da reunião não é essa, que a gente deixa esse assunto para outras discussões, mas que concorda com o Batista que as discussões com os servidores já deveriam estar acontecendo porque tem um impacto e tudo que tem um impacto, principalmente financeiro, na nossa vida não deixa de nos gerar transtorno. Marília fala que não está questionando a questão da alíquota, que ela sabe que é federal e obrigatório, mas ela está questionando esse documento que a gente tem que assinar, aprovar, e ela ainda não sabe, não tomou é de toda a situação. Claudionice fala com Marília que está reunião que foi marcada com a Brasilis que isso faz parte do protocolo para assinatura do documento e que a reunião teve o intuito de tentar sanar essas dúvidas, e Claudionice pergunta o que Marília ou outro conselheiro precisaria, que o Thiago já se disponibilizou a estar encaminhando outros documentos que entenderem necessários, que de repente queiram propor uma outra discussão, ou apresentar de novo, ou analisar o documento mais uma semana e depois sentar de novo para poder discutir, tirar outras dúvidas. Claudionice fala para que Marília passe o que precisa para entender de fato o Planejamento Atuarial, fala que só falou sobre a Emenda Constitucional 103 por conta do déficit atuarial a necessidade das adequações da legislação, mas que a reunião é para discutir o Planejamento Atuarial. Claudionice pergunta a Marília o que mais ela precisa para sanar suas dúvidas em relação ao Planejamento Atuarial. Marília pergunta a Claudionice dos 1710 servidores ativos quantos cadastraram. Claudionice responde que o cadastro, o censo previdenciário ficaram faltando duzentas e poucas pessoas para poder finalizar, que o censo teve que ser suspenso por conta da pandemia e que isso é orientação dos órgãos de saúde, que não foi possível dar continuidade e que esse foi o procedimento que aconteceu na União, também nos Estados, Claudionice fala para Marília que a base cadastral atualizar ela, mesmo que não tenha ido todos os servidores para fazer o recadastramento e atualizar a sua informação, que não se tem um banco completo com todas as informações, mas que não deixou-se de ter um banco de dados, pois as informações utilizadas para o Planejamento Atuarial não foram apenas do censo, que isso foi feito compilando as informações do censo e o sistema da prefeitura que é o sistema Soner. Terezinha fala para Claudionice que quer dizer mais que uma vez, apesar do censo que foi feito, o prazo de término dele seria fevereiro, mas que mais uma vez vai ser feito uma estimativa. Claudionice fala para Terezinha que não é estimativa, que tem várias informações do censo que já estão no Planejamento, como o Thiago já falou, que as informações que o censo conseguiu coletar elas foram muito importantes, mas que o próprio Thiago também em sua apresentação ele diz que ainda há informações a serem buscadas, a legislação fala que o censo deve acontecer de dois em dois anos inclusive, para que se consiga fazer essa atualização dos dados. Thiago fala que essas estimativas não estimativas dos servidores, de quem são os servidores, que são informações de alguns dados cadastrais dos servidores, que desses 1710 alguns deles

Rua Epaminondas Otoni, 665, 7º andar, Centro – Teófilo Otoni/MG - CEP: 39800-013
Telefones: (33) 3522 2900 (33) 3522 1511

Adriano

Apresentação

de

Marilda Guida

Apresentação

de



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI- MG – SISPREV-TO

SISPREV-TO quem alguma deficiência na informação cadastral, que ai é adotado alguma premissa para cumprir, que obviamente o ideal é que a base esteja 100% completa, e que até por isso é recomendado no mínimo a cada dois anos periodicamente seja feita a atualização dessas informações, que esta era a base que tinha em 31 de dezembro, fala que hoje o que gera impacto direto é a ausência do tempo de serviço anterior, se obtendo essa informação, fazendo a atualização desses dados, obviamente vai ser elaborado um novo cálculo mais atualizado, no mínimo anualmente esse cálculo vai ser revisto, que as informações que tiverem alterado na base de dados que vai-se obviamente ajustando isso no cálculo atuarial, que então, apesar da base de dados estar desatualizada esta é a informação que a prefeitura possui no banco de dados, juntamente com o SISPREV, com as informações dos aposentados e pensionistas, que isto não significa que o trabalho está 100% feito, precisa buscar esses outros dados, mas que obviamente depende, muitas vezes, da vontade do servidor de levar essa informação, que foi feito o censo mas que não teve o dado do tempo de serviço anterior, os dados de que ele já contribui antes de ser admitido, que é necessário que se busque essa informação, mas que a ausência dessa informação não é impeditivo para realização do cálculo, que tem-se algumas informações, algumas técnicas, até definidas pela portaria para suprir essa informação, que causa impacto no resultado mas que se pode deixar de executar a avaliação por causa disso, que adota-se uma premissa técnica para corrigir, que o impacto normalmente é no sentido conservador, ou seja, vai se apurar uma informação que na pior das hipóteses o custo ficou um pouco acima do esperado, fala que esse custo é pago pela prefeitura, que se adota uma informação que vai aumentar o déficit atuarial vai refletir na alíquota suplementar da prefeitura, que então isso não trás um impacto direto na alíquota de contribuição dos servidores, apesar de no contexto todo, obviamente eles fazem parte da estrutura, que então a ausência de algum dado na base ela não pode ser impeditiva para realizar a avaliação atuarial, mas que logicamente precisa ser corrigida e ser atualizado a avaliação atuarial. Terezinha falapara Thiago que em 2017 foi feito um censo que daria base para 2018 e no entanto esse outro censo foi feito e o prazo de término dele seria 21 de fevereiro, que não estávamos em pandemia, que isso não quer dizer que justifica o não cadastramento, não conclusão do censo, que ela acha que pandemia não atrapalharia o censo continuar, porque seria de hora marcada, que não teria porque suspender o censo, que agora avaliar, que já teve dois censo e ainda continua essa inconsistência que então não entende. Thiago fala que a questão de suspender ou não é questão de recomendação médica, de Secretaria de Saúde, do Ministério da Saúde, que ele já não tem competência para analisar, mas que a informação da base de dados muitas vezes depende do servidor levar a informação e que as vezes ele vai faz o cadastro e não leva todas as informações necessárias, por isso a base permanece desatualizada, mas que isso tem que sempre procurar melhorar a cada ano mais. Terezinha fala para Thiago que tinha uma pena que quem não cadastrasse, não cumprisse o regulamento iria suspender o pagamento, que ela no dia estava em sua escola trabalhando de manhã e que ela chegou e ficou 15 minutos e fez o cadastro. Thiago fala que esta e uma medida que em todos os municípios eles vêm que trás resultado, tem que

Rua Epaminondas Otoni, 665, 7º andar, Centro – Teófilo Otoni/MG - CEP: 39800-013
Telefones: (33) 3522 2900 (33) 3522 1511

Maxilda Guida



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE
TEÓFILO OTONI- MG – SISPREV-TO**

SISPREV-TO constituir isso de quem não atualizou tem o salário suspenso, que é uma forma objetiva de resolver o problema. Terezinha fala que também que teve custo para o Instituto, que foi o Instituto que pagou e não foi a prefeitura. Thiago fala que a questão do salário é uma medida que depende da prefeitura mas que é uma medida eficiente. Terezinha fala que estão brincando mais uma vez com o dinheiro do SISPREV. Claudionice pergunta se alguém tem mais alguma colocação, como ninguém se manifestou finaliza a reunião, agradecendo a presença de todos e informando que o SISPREV está a disposição caso haja alguma dúvida ou alguém precise de algum documento o SISPREV está a disposição, fala que o cálculo é realizado pela Brasilis, mas como Thiago falou, os relatórios, os dados utilizados para elaboração do documento o Thiago pode disponibilizar essas informações caso alguém precise é só solicitar, agradece a presença de todos, as participações e colaborações, agradece ao Thiago pelo trabalho, pela apresentação, fala que entendeu perfeitamente toda a apresentação, que ficou muito claro e dá parabéns ao Thiago pela apresentação e passa a palavra para o Thiago. Thiago agradece a todos, novamente se coloca a disposição para tirar outras dúvidas e fala que é importante não ficar com dúvidas. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, sendo registrados em ata todos os assuntos debatidos, que após encaminhada virtualmente a todos os presentes para aprovação será assinada. Teófilo Otoni, 17 de julho de 2020.

17 09 2020

Supri

Seuans
Wenangelmas
Jocete
Joaquim
LA
OK

Márcia de Fatima Neto Lima, Terezinha de Jesus Santos

Gilson Batista Junior

Melôcia Vitorino Dias

Marilda Guida

Flórentina dos Santos Nascimento

José Antonio Elias Gomes

Felipe Zigueirato Ribeiro

